

que se apresentou num concurso em que se exigia que os candidatos fossem doutores. Nenhum dos candidatos aprovados era doutor — Elizabeth, a única que tinha o título, foi reprovada. O economista aponta ainda “a existência de curriolas dentro da área acadêmica, que não vêem com bons olhos os retornados, pois acham que são ameaças a seus empregos”.

Garcia enfrenta também problemas mais prosaicos: nas ruas, por exemplo, pessoas bolem com sua mulher. “Isso me obriga a reagir como macho latino-americano”, lamenta. “Nunca tive problemas desse gênero em Paris.” A temporada no exterior desacostumou os ex-exilados com alguns traços da alma nacional. Poucos dias depois de seu regresso, o jornalista João Lins de Albuquerque, que viveu anos em Estocolmo, chamou um táxi especial pelo telefone, em São Paulo. Como estava demorando, Albuquerque foi aconselhado por um de seus amigos a parar um táxi comum na rua. “Mas vocês fazem isso?”, indagou perplexo. A resposta, naturalmente, foi afirmativa. Convencido de que não estava mais na Europa, Albuquerque foi para a rua e capturou o primeiro táxi que apareceu.

Os políticos que voltaram com a anistia não sofrem com a falta de dinheiro — ou porque ganharam bastante, como o ex-governador pernambucano Miguel Arraes, ou porque a família já era rica, como a de Márcio Moreira Alves, ou porque têm amigos prósperos, como o comunista Luís Carlos Prestes, cujo apartamento em Copacabana é pago pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ou o ex-governador Leonel Brizola, que é sustentado por um grupo de empresários. Contudo, sofrem com a falta de espaço político: Arraes não conseguiu formar a frente das oposições, Brizola luta para consolidar o PTB e Prestes anda às turras com todo o resto do comitê central do PCB.

DESEMPREGO GERAL — Para Jorge Matoso, 30 anos, formado em Economia na França e com mestrado na Suíça, os problemas de readaptação poderiam ser menores se os retornados e os movimentos pela anistia não tivessem “privilegiado os fatores políticos e afetivos da volta”. Apesar do título que ostenta, Matoso só conseguiu emprego fixo por cinco meses desde seu desembarque no Brasil em



Iramaya: bandeiras são outras

dezembro de 1978. “Arranjar emprego é difícil mesmo para quem não deixou o país ou não esteve preso: minha filha, professora de História, está desempregada há um ano”, conta Helena Greco, presidente do Movimento Feminino pela Anistia e vice-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em Minas Gerais. Iramaya Benjamin, do CBA do Rio de Janeiro, também conhece de perto o problema: seus dois filhos, exilados, estão desempregados.

Os movimentos de anistia ficaram esvaziados com a abertura das celas dos presos políticos. Em Brasília, a partir de setembro do ano passado, o CBA não consegue reunir mais de sete pessoas — antes, a média era de 200 participantes. A seção paranaense do CBA está em estado de pré-desmobilização, embora ainda junte cinquenta pessoas em suas reuniões. Iramaya Benjamin, que desempenhou ativo papel pela anistia quando ela ainda era uma palavra maldita, afirma que “não há um único programa de apoio material aos retornados — nem vai haver”. As principais bandeiras dos movimentos pela anistia são, no momento, a reforma da Lei de Segurança Nacional, o desmantelamento do aparato repressivo e a reforma da lei orgânica dos partidos políticos. Emprego para os retornados é uma bandeira que, por enquanto, ninguém parece interessado em desfraldar.

SEQÜESTRO

Rotina suspeita

Punido o promotor do caso dos uruguaiois

Onze meses de investigações da Justiça gaúcha sobre o seqüestro dos uruguaiois Lilian Celiberti, seus dois filhos e seu companheiro Universindo Díaz fizeram mais uma vítima — que, como outras, em nada contribuiu para o crime. Na semana passada, o promotor Dirceu Pinto, 39 anos, que denunciara três policiais do DOPS gaúcho por abuso de autoridade, foi exonerado de suas funções e afastado das investigações sobre o caso. A exoneração foi considerada “um ato de rotina” pelo procurador Mondercil de Moraes.

Dirceu Pinto, que estava no cargo desde dezembro de 1978, pretendia reinquirir em março os jornalistas Luís Cláudio Cunha, de VEJA, J. B. Scalco, de *Placar*, testemunhas involuntárias do seqüestro ocorrido a 17 de novembro de 1978 em Porto Alegre. Então, ele deveria formalizar sua denúncia contra o inspetor do DOPS João Augusto Rosa, o “Irno”, que chefiou a operação clandestina. Ainda perplexo com seu afastamento, o promotor garantiu na semana passada que já existem provas suficientes para a condenação de todos os policiais acusados — eles cometeram, pelo menos, abuso de poder. Até agora, de todo modo, só se tem certeza de uma única punição: a do próprio promotor.



Dirceu Pinto: eficiência incômoda